

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Primito Vejs

Class.: 2293

Data: 24/09/91

Pg.: 74 e 75

ECOLOGIA

Terra prometida

O governo da Venezuela transforma o território dos índios ianomamis em área intocável

O território ancestral dos índios ianomamis ocupa uma área quase seis vezes maior que a da Bélgica e é dividido quase pela metade na fronteira do Brasil com a Venezuela. Do lado brasileiro, a área destinada aos índios é de aproximadamente 94 000 quilômetros quadrados, e do venezuelano, outros 83 000. Tudo muito parecido. Ambos os lados são cobertos pela Floresta Amazônica e guardam riquezas minerais, como ouro e cassiterita. Os índios também são os mesmos, a tribo neolítica da Amazônia que mora no coração dos militantes ecológicos de todo o mundo. A única diferença que separa os ianomamis de lá dos de cá é o governo da tribo dos brancos onde está instalado o seu território. Enquanto no Brasil, a demarcação da área ianomami se transformou em uma verdadeira novela, que já dura pelo menos dez

anos, na Venezuela, o presidente Carlos Andrés Pérez resolveu a questão de uma penada. Há alguns dias, Pérez assinou dois decretos que transformam a área dos índios em Reserva da Biosfera e em Parque Nacional.

Ou seja, o governo venezuelano resolveu deixar aos ianomamis, de forma definitiva, a terra que eles ocupam há centenas de anos. Pelos mesmos instrumentos jurídicos que usou para garantir a posse da terra aos índios, o presidente da Venezuela baniu de suas terras aqueles brancos que por décadas tentam conquistar-lhes a alma — os missionários — e as riquezas minerais — os garimpeiros. “O principal é preservar e compreender o modo de vida dos índios”, afirmou Pérez depois de assinar os decretos, que, entre outras coisas, prevêm o controle das missões religiosas. “O



proselitismo religioso assim como a colonização e a mineração serão eliminados da área ianomami”, completou.

“DECISÃO FANTÁSTICA” — Não foram apenas as pressões internacionais que levaram a Venezuela a entregar tanta terra (9,1% de seu território) aos índios. Está fora de dúvida que pesaram também na decisão do presidente venezuelano os constantes conflitos fronteiriços armados por garimpeiros brasileiros que se aventuram em terras do país vizinho em busca de



Ianomamis da Venezuela: agora sob proteção do governo

ouro. Vários garimpeiros já foram presos pelos militares da Venezuela, que não podiam processá-los porque seu país não possuía um diploma legal de proteção à área ianomami. A transformação da área ianomami em reserva natural com o nome de Reserva da Biosfera do Orinoco Superior Casiquiare atraiu para o governo venezuelano a admiração dos militantes eco-

lógicos internacionais. “É uma decisão fantástica. Se conseguirmos que o Brasil siga, estaremos garantindo a sobrevivência dos ianomamis pelo próximo milênio”, comemorou Jason Clay, diretor de pesquisa do Cultural Survival, um grupo de defesa dos direitos dos índios baseado em Massachusetts, Estados Unidos.

A decisão venezuelana colocou o destino

dos índios nas mãos de um comitê representado por todos os ministérios e pela sociedade civil. O comitê será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que cumpre o papel destinado à Fundação Nacional do Índio, Funai, no Brasil. Além da reserva, o governo da Venezuela protegeu a região com outro título, o de Parque Nacional, batizado de Parima-Tapirapeco.

“O governo brasileiro está em um impasse”, acredita o secretário executivo do Núcleo de Direitos Indígenas no Brasil, Márcio Santilli. “Ou toma uma providência ou mais uma vez vai mostrar a sua falta de seriedade para a opinião pública internacional.” Atualmente, o destino dos ianomamis que vivem no Brasil (e que ocupam 1,1% do território) está nas mãos do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a quem cabe baixar uma portaria de declaração de ocupação indígena até o dia 19 de outubro, prazo determinado pelo presidente Fernando Collor. Passarinho não sabe ainda o que fazer. Na sua mesa existe uma proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos que prevê a fixação da área ianomami em 58 000 quilômetros quadrados, e não em 94 000, como pretende a Funai. “A demarcação da área ianomami no Brasil continua um parto”, afirma Isa Maria Pacheco Rogedo, assessora da presidência da Funai. ■